



Ministério da Educação

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - ICSA

Departamento de Ciências Econômicas - DEECO



DUAS PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PEDRO MARINHO COURA

Mariana MG

2024

PEDRO MARINHO COURA

DUAS PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino

Mariana - MG

10 de Outubro

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C858d Coura, Pedro Marinho.
Duas perspectivas sobre o processo de desenvolvimento econômico.
[manuscrito] / Pedro Marinho Coura. - 2024.
21 f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento sustentável. 3.
Empresas. I. Cosentino, Daniel do Val. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 338.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRO MARINHO COURA

DUAS PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Aprovada em 10 de Outubro de 2024

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/10/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel do Val Cosentino, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/10/2024, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0795697** e o código CRC **51B7787F**.

Resumo

O trabalho analisa diferentes perspectivas sobre os fatores que levam ao desenvolvimento econômico ou ao fracasso das nações, com foco nas obras *Por que as Nações Fracassam*, de Daron Acemoglu e James A. Robinson, e *Chutando a Escada*, de Ha-Joon Chang. Acemoglu e Robinson defendem que a prosperidade está diretamente ligada à qualidade das instituições políticas e econômicas, onde instituições inclusivas promovem crescimento e equidade, enquanto instituições extrativistas mantêm a pobreza. Por outro lado, Ha-Joon Chang critica o neoliberalismo e a defesa do livre-comércio como soluções universais, argumentando que os países ricos adotaram políticas protecionistas em seus caminhos para o desenvolvimento, mas agora desencorajam essas práticas nos países em desenvolvimento. O trabalho compara essas abordagens e discute as diferentes estratégias que podem ser aplicadas para promover o desenvolvimento econômico sustentável em diferentes contextos.

Palavras-chave: Crescimento econômico, desenvolvimento econômico, instituições extrativistas, instituições inclusivas, intervencionismo, livre-comércio, políticas protecionistas.

Abstract

The paper analyzes different perspectives on the factors that lead to economic development or the failure of nations, focusing on the works *Why Nations Fail*, by Daron Acemoglu and James A. Robinson, and *Kicking Away the Ladder*, by Ha-Joon Chang. Acemoglu and Robinson argue that prosperity is directly linked to the quality of political and economic institutions, where inclusive institutions promote growth and equity, while extractive institutions maintain poverty. On the other hand, Ha-Joon Chang criticizes neoliberalism and the advocacy of free trade as universal solutions, arguing that rich countries adopted protectionist policies during their development paths but now discourage these practices in developing nations. The paper compares these approaches and discusses different strategies that can be applied to promote sustainable economic development in various contexts.

Keywords: Economic growth, economic development, extractive institutions, inclusive institutions, interventionism, free trade, protectionist policies.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	1
2	POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM	3
2.1	Como construir instituições inclusivas?	8
3	CHUTANDO A ESCADA	11
3.1	Como os países ricos enriqueceram de fato?	12
3.2	Políticas de desenvolvimento econômico: Perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica	13
4	DISCUSSÃO	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	Referências	21

1 Introdução

Esse trabalho se trata de um esforço em entender e contrastar as principais ideias acerca dos fatores que levaram ou levam os países ao caminho do desenvolvimento econômico, tomando como base principal dois livros de autores de escolas de pensamento distintas, "Porque as nações fracassam" de Daron Acemoglu e James A. Robinson, "Chutando a Escada" de Ha-Joon Chang.

Esses dois livros oferecem visões sobre as causas do sucesso econômico de algumas nações e o fracasso de outras. Acemoglu e Robinson, em Por que as Nações Fracassam, apresentam uma abordagem institucionalista, defendendo que o desenvolvimento depende fundamentalmente da qualidade das instituições políticas e econômicas. Instituições inclusivas, que garantem direitos de propriedade, justiça e participação política ampla, promovem inovação e crescimento. Já instituições extrativistas, que concentram poder e riqueza nas mãos de poucos, inibem o desenvolvimento e perpetuam a pobreza.

"A construção das instituições econômicas, segundo a teoria de Acemoglu e Robinson, depende das instituições políticas. Estas são classificadas em dois tipos: extrativas e inclusivas."(BARBOSA, 2012, p.28)

Por outro lado, Ha-Joon Chang, em Chutando a Escada, critica as políticas neoliberais e a defesa do livre-comércio como soluções universais para o desenvolvimento. Chang argumenta que os países hoje desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Reino Unido, não seguiram essas recomendações durante seus próprios processos de industrialização. Pelo contrário, adotaram políticas protecionistas e intervencionistas. Chang sugere que, ao promoverem o livre-comércio para os países em desenvolvimento, as nações ricas estão "chutando a escada", ou seja, retirando as mesmas ferramentas que utilizaram para alcançar o sucesso.

A adoção da abordagem histórica por Chang se opõe à tendência da economia neoclássica, que tem predominado na economia, tornando as discussões atuais sobre política de desenvolvimento econômico "anistóricas" por não aceitarem o tipo de raciocínio indutivo.(VIEIRA, 2008, p.2)

Faz-se importante para esse trabalho definir o desenvolvimento econômico de alguma maneira, o conceito é amplo, mas pode ser simplificado para o bem dessa análise, e Celso Furtado

o faz em seu livro "Desenvolvimento e subdesenvolvimento". Segundo o autor "o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores que tendem a aumentar a produtividade do trabalho"(FURTADO, 2016, p.79) se o desenvolvimento é a aplicação dos novos fatores, as regiões desenvolvidas são aquelas capazes de aumentar a produtividade per-capita por esses meios sem diminuir a quantidade de mão de obra ocupada (FURTADO, 2016, p.79) e mesmo que essas nações consigam implementar novas tecnologias, ainda terão de lidar com o problema da desocupação de fatores de produção em decorrência dessa tecnologia . Furtado ainda adiciona afirmando que uma diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos está na relação entre a mão de obra disponível e o capital, em países menos desenvolvidos, sobra mão de obra e falta capital. (FURTADO, 2016, p.79).

É notável a capacidade de Celso Furtado em conjecturar o processo de desenvolvimento, como já citado, se o processo de desenvolvimento se dá na capacidade de implementar novas tecnologias que aumentem a produção do trabalho, logo, deve haver uma forma de que as tecnologias cheguem até esses locais. Para que esse processo possa acontecer por influências endógenas, primeiro deve haver crescimento dessa economia, daí uma consequente acumulação de capital, esse que nem sempre será usado para esse fim, principalmente nos casos em que a renda é mal distribuída e apenas uma pequenas parcela da população dispõe de recursos para investir. É onde o autor vê a oportunidade de desenvolver o que ele chama de "corrente de intercâmbio externo"quando o comércio se abre e transpassa os limites do comércio local (nacional) e pode atender e ser atendido por outros países.

"O impulso externo beneficia, de início, aqueles setores diretamente ligados ao intercâmbio externo, criando uma massa adicional de lucros no setor comercial. A tendência imediata é, portanto, para a concentração da renda. Acumulam-se, assim, recursos disponíveis para inversão, ao mesmo tempo que a elevada rentabilidade da etapa inicial estimula novas inversões."(FURTADO, 2016, p.83)

A análise dessas duas obras possibilita uma discussão crítica sobre os diferentes caminhos que podem ser seguidos para o desenvolvimento econômico, além de destacar as tensões entre políticas neoliberais e intervencionistas. Ao longo deste trabalho, as ideias de Acemoglu, Robinson e Chang serão confrontadas, buscando uma compreensão sobre as estratégias que podem ser adotadas por países que visam um desenvolvimento sustentável.

2 Por que as Nações Fracassam

Essa seção buscará compilar as principais ideias do livro “Por que as Nações Fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza” escrito por Daron Acemoglu e James A. Robinson, em outro momento as ideias serão confrontadas com as apresentadas no livro “Chutando a Escada” escrito por Ha-Joon chang.

Lançado originalmente no ano de 2012, o livro é o reflexo do trabalho conjunto entre os autores que buscou explicar as “diferenças de renda e de padrões de vida que separa os países ricos do mundo dos países pobres” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.8). Durante o desenvolver da obra, os autores nos apresentam seus argumentos e demonstram porque para eles a resposta está nas instituições políticas.

Exemplos reais apoiados por fatos históricos são usados para ilustrar os cenários de riqueza e pobreza e os fatores que levaram esses países até suas respectivas situações. De forma bem direta, nos é apresentada a ideia central com que os autores trabalharam, as instituições políticas, quando incapazes de prover serviços públicos básicos e garantir a segurança social são a principal razão por trás de nações que fracassaram.

Logo no prefácio, o primeiro exemplo apresentado é o Egito. Inicialmente tendo parâmetros como renda e expectativa de vida comparados aos Estados Unidos, mas o foco dessa discussão está na razão e não no resultado. Quando o livro foi escrito, o povo Egípcio reivindicava por mudanças já que as instituições vigentes não ofereciam serviços públicos considerados básicos, tampouco estimulavam a formação e desenvolvimento de talentos, nem garantiam direitos políticos. Todo esse diagnóstico foi dado pela população que manifestava e que tinha a clareza de que essa situação só se sustentava por conta do monopólio do poder, concentrado numa pequena elite.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.10)

No primeiro capítulo, os autores comparam duas partes da cidade de Nogales, que estão separadas pela fronteira entre os Estados Unidos e o México. Embora as populações sejam culturalmente semelhantes, elas vivem em contextos socioeconômicos totalmente diferentes. Isso

ocorre devido às instituições políticas e econômicas de cada lado da fronteira. No lado americano, as instituições são descritas como inclusivas, permitindo que a maioria participe ativamente da economia, essas instituições garantem direitos de propriedade, fazem cumprir contratos e propiciam um ambiente de inovação e investimento. No lado mexicano, as instituições são extrativistas, concentrando poder e riqueza nas mãos de poucos, o que cerceia o desenvolvimento econômico.

“Se os Estados Unidos enfrentaram cinco anos de instabilidade política entre 1860 e 1865, o México viveu uma instabilidade quase contínua nos primeiros cinquenta anos de independência.”(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.45)

Além da discussão sobre a situação política que separa os Estados Unidos do México, há também um momento acerca das condições ofertadas por cada país para as pessoas que desejavam empreender, nesse caso, o sistema de patentes foi um importante vetor. Inaugurado na Inglaterra em 1623 assim que chegou aos Estados Unidos tornou-se um marco, pois garantia que as pessoas pudessem ganhar dinheiro com boas ideias e, conseqüentemente, mais e melhores ideias eram criadas, nesse caso, podendo ser uma importante ferramenta para ascensão social. “Entre 1820 e 1845, apenas 19% dos agraciados com patentes nos Estados Unidos tinham pais com profissão formal ou pertenciam a famílias conhecidas como grandes proprietárias de terras.”(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.47). Vender patentes não era necessariamente a forma mais rápida e assertiva de enriquecer, mas, como no exemplo citado, Thomas Edison registrou 1.093 patentes apenas nos Estados Unidos e chegou a vender uma para a Western Union por dez mil dólares, o caminho estava na criação de empresas, ele fundou a General Eletric, ainda hoje uma das maiores empresas do mundo.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022).

"Em complemento, a inovação é considerada uma fonte importante da prosperidade, bem como a garantia da propriedade privada, assegurando contratos, em condições igualitárias e possibilitando o florescimento de ideias, capazes de novas tecnologias para a realidade da nação."(SASSO, 2023, p.149)

As melhores condições para empreender e a maior segurança em relação à propriedade intelectual e da propriedade privada, também fizeram com que mais bancos se desenvolvessem nos Estados Unidos “Se em 1818 havia 338 bancos em operação nos Estados Unidos, com ativos totais de 160 milhões de dólares, em 1914 havia 27.864 bancos, com ativos totais de 27,3 bilhões

de dólares."(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.48). Essa competição levava a taxa de juros mais baixas além da maior disponibilidade de crédito que era ofertado a um número muito maior de pessoas por conta da dinâmica desse mercado, enquanto no México, em 1910, havia apenas 42 bancos, dos quais dois detinham sessenta por cento dos ativos.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022). Além disso o crédito tinha taxa de juros muito altas e era ofertado apenas para a elite, o que só aumentava o domínio desse pequeno grupo de pessoas sobre a economia local. A razão pela qual essa diferença nos sistemas bancários acontecia está justamente nas instituições. No México, os bancos se viam regulados por leis que favoreciam os monopólios bancários, pois, os políticos que escreveram as leis agiram em defesa do interesse de parceiros políticos, amigos e de si mesmos, por não terem medo de perder seus cargos em suas posições de poder, enquanto nos EUA, os políticos que tentavam criar esses monopólios eram tirados do poder pela população nas urnas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.50).

"A origem do fracasso reside na incapacidade desses países de construir instituições econômicas, que determinam os incentivos e as restrições para os diferentes agentes econômicos (consumidores, trabalhadores, empresários, políticos) e que moldam os resultados econômicos."(BARBOSA, 2012, p.28)

Adiante, autores passaram a criticar teorias tradicionais que tentam explicar o desenvolvimento econômico, defendendo que essas explicações são inadequadas. Três são citadas e explicadas, a teoria geográfica, segundo a qual as diferenças físicas entre países pobres e ricos poderiam guardar a resposta, com a incidência de doenças como a Malária em países tropicais, ou a agricultura menos produtiva por conta dos solos, que levam desvantagem quando comparados a solos de áreas com clima temperado (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.67). Levando em consideração um exemplo apresentado no primeiro capítulo do livro sobre a cidade de Nogales, que é dividida entre a região rica e que fica nos Estados Unidos, ao norte e a pobre que fica no México, ao sul, e apresentam uma grande diferença nos padrões de qualidade de vida, é possível descreditar essa ideia, afinal, são os mesmos territórios separados pelo limite político, o que já é suficiente para promover tamanha diferença. A segunda teoria é a cultural, afirmando que a origem da pobreza seriam os fatores culturais dos países, como religião, valores e a ética. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022). Essa teoria, por diversas vezes flerta com o preconceito e discriminação, quando, por exemplo, dizem que “africanos são pobres por não terem uma boa

ética profissional, por ainda crerem em bruxarias e magia, ou por resistirem a novas tecnologias ocidentais.” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.78). Nem sempre os argumentos têm esse tom, e ainda segundo os autores, os que mais poderiam chegar perto de explicar algo são os que abordam pontos como a confiança entre as pessoas e a capacidade de colaboração, mas não completamente, afinal, geralmente esses pontos advêm da relação com as instituições, foco central da discussão. Por fim, a última teoria é a da ignorância, segundo a qual, “nós — ou nossos governantes — não sabemos fazer com que países pobres enriqueçam.” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.86). Essa ignorância poderia ser descrita como a incapacidade dos governantes e outros integrantes em resolver falhas de mercado, descritas no primeiro Teorema do Bem-Estar, que propunha economias de mercado onde indivíduos e empresas têm condições de comprar e vender livremente quaisquer produtos e serviços, as falhas se dão quando esses fatores não ocorrem. Para os autores, quando o faz, essa teoria explica apenas uma parte dos problemas que levam certos países à pobreza, o verdadeiro problema está em como as instituições dos países pobres foram escolhidas de forma a beneficiar os mais ricos, e conseqüentemente, fazendo com que os mais pobres fiquem presos a essa situação, impedindo o desenvolvimento da economia.

A análise continua com uma reflexão sobre como prosperidade e pobreza são moldadas. As instituições podem criar círculos viciosos ou virtuosos. Em círculos viciosos, as instituições extrativas continuam a concentrar o poder, perpetuando a desigualdade. Por outro lado, nos círculos virtuosos, as instituições inclusivas promovem uma distribuição equitativa de oportunidades econômicas, incentivando o desenvolvimento contínuo. Exemplos históricos, como o de Veneza, a Inglaterra e a Revolução Industrial, ilustram como mudanças nas instituições políticas e econômicas podem transformar uma sociedade. No entanto, essas mudanças são frequentemente moldadas por lutas pelo poder e pelos interesses das elites. Os autores dão às instituições econômicas duas definições, inclusivas e extrativistas, esses termos dão mais clareza ao entendimento do papel das instituições no processo de desenvolvimento das nações. As instituições inclusivas são descritas como as que oferecem melhores condições de desenvolvimento, com mais segurança jurídica, proteção à propriedade privada, serviços públicos funcionais e a possibilidade de que a população participe das atividades econômicas que mais lhe agradem ou que melhor contemplem suas habilidades individuais. Instituições extrativistas por sua vez não oferecem esses aspectos

de qualidade de vida, oferecem melhores condições a uma parcela da população às custas de outras.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.102)

"...as instituições econômicas inclusivas alimentam a atividade econômica, o crescimento da produtividade e a prosperidade."(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.100)

Essas definições não surgem apenas com o intuito de segregar as diferentes instituições. É interessante entender como instituições saudáveis podem formar caminhos que mantenham essas nações num estado de evolução frequente - não necessariamente constante - e que não atenda aos interesses apenas de uma pequena parcela da população ou tire oportunidade de outra. Exemplos citados desses mecanismos extras são a educação e a tecnologia, que aumentam a produtividade das pessoas e também dos meios como a terra e, geralmente, são elementos presentes nas economias mais prósperas. Instituições econômicas inclusivas são impulsionadas por instituições inclusivas, ou seja, países onde o poder não está na mão de pequenos grupos que defendem interesses pessoais ou de uma pequena parcela da população, como já foi dito, são os que costumam traçar esse caminho. Os autores ainda citam um exemplo da Somália onde o poder é difuso entre vários grupos, mas de forma desorganizada, o que não propicia as instituições econômicas, afinal o governo não consegue fornecer serviços básicos a todos.

Uma pergunta feita durante o texto é "por que não escolher sempre a prosperidade?" e a resposta está nos interesses individuais. A escolha por instituições inclusivas leva a uma inevitável distribuição de renda e poder, "Novos setores atraem recursos dos antigos. Novas empresas tiram negócios das já estabelecidas. Novas tecnologias tornam as habilidades e máquinas existentes obsoletas."(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.113). Os efeitos de uma má distribuição de renda e poder podem ser sentidos por muito tempo, como exemplo a República Democrática do Congo, que mesmo não sendo mais uma colônia, é controlada por um grupo menor que defende seus interesses. Há exemplos de economias que cresceram, apesar de instituições extrativistas, como foi o caso da antiga União Soviética e da China, ambos controlados por poderes autoritários e que investiram em áreas de maior lucratividade, em ambos os casos a indústria.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.124).

Há uma ideia apoiada pelos autores de que pequenas diferenças nas instituições políticas

de países provocaram grandes impactos no crescimento das economias. o exemplo utilizado nesse caso foram três países, Inglaterra, França e Espanha. O argumento principal é de que como à época das colonizações os Ingleses possuíam instituições políticas mais inclusivas, o crescimento econômico decorrente da exploração dos territórios - principalmente nas Américas - ocorreu de maneira mais saudável e bem distribuída entre os agentes. Seria um exagero chamar as instituições econômicas fundadas de inclusivas, afinal, à época a escravidão era um realidade. Em outro momento, os autores mostram que é possível romper com instituições extrativas e iniciar um caminho de desenvolvimento inclusivo. A Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, serve como exemplo de uma crise que levou a mudanças institucionais significativas. A partir desse ponto, o poder foi mais bem distribuído, criando instituições políticas mais inclusivas. No entanto, os autores alertam que essas transformações requerem uma coalizão ampla e interesses diversificados para garantir que as mudanças sejam realmente inclusivas e tragam progresso a toda a sociedade.

“Defenderemos que, para compreender a desigualdade mundial, é preciso primeiro compreender por que algumas sociedades são organizadas de maneiras muito ineficientes e socialmente indesejáveis.”(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.92)

A obra também discute como as instituições extrativas podem ser incrivelmente resilientes, mesmo em fases de crises. O exemplo da União Soviética é emblemático. Apesar da Revolução de 1917, o país manteve instituições centralizadas e extrativistas, o que resultou em um crescimento econômico inicial, mas, com o tempo, levou à estagnação por falta de inovação. Mesmo quando as instituições extrativistas colapsam, como no caso soviético, elas muitas vezes são substituídas por outras formas de instituições extrativistas, ao invés de inclusivas, mostrando a dificuldade de realizar mudanças profundas no sistema de poder político e econômico.

2.1 Como construir instituições inclusivas?

Talvez este seja o principal questionamento que nos fazemos após entendermos a problemática que o livro busca levantar. Se os países mais prósperos são na sua maioria aqueles que têm instituições políticas e econômicas mais inclusivas, então como construí-las em países que ainda

não são uma realidade? No livro os autores citam o exemplo da Inglaterra, que no século XVII passou por esse processo. Segundo os autores, esse não foi um processo que ocorreu de maneira consensual, no sentido de que houveram conflitos entre os diferentes agentes que competiam pelo poder, essas disputas resultaram durante o século XVI e XVII na Guerra Civil Inglesa e na Revolução Gloriosa, a segunda foi a que desempenhou o papel mais importante nessa virada. O poder do rei e do poder executivo da época foi limitado e o parlamento passou a controlar as instituições econômicas, além disso, o povo passou a influenciar mais diretamente nas decisões políticas.(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.136)

As mudanças no âmbito institucional levaram a Inglaterra às melhorias já citadas anteriormente. A economia do país, que antes era repleta de monopólios e de terras que não podiam ser comercializadas e que possuíam formas arcaicas de direito de propriedade, prosperou com as mudanças promovidas nas instituições políticas e econômicas que estimularam a competitividade, o investimento e as inovações, além de maior segurança jurídica, por exemplo, as patentes sobre ideias, também já citadas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.136)

Contudo, como discutido por Flávio Marques Prol em seu trabalho "Instituições, Desenvolvimento e Inclusão" há uma falta de caracterização de quais seriam as instituições inclusivas a que os autores se referem (PROL, 2013, p.370), o que dificulta o entendimento de quais seriam essas mudanças a que o autor refere-se, dificultando também o entendimento de seus verdadeiros impactos, além de como isso seria realizado na prática.

"Vale ressaltar: a explicação deles do surgimento das instituições inclusivas depende da disputa entre elites e cidadãos. Logo, faria sentido que o parâmetro da inclusão fosse, no limite, o término das diferenças entre os dois grupos. Inclusivo, então, significaria a inclusão igualitária das massas no jogo político. O ponto, entretanto, é saber qual a hipótese do texto: eles definem instituições inclusivas como aquelas que buscam a inclusão efetiva ou querem incluí-las somente até a garantia da ordem e do crescimento econômico?"(PROL, 2013, p.375)

Como observado em análises, os autores defendem que quanto menos centralizado for o poder e mais a população participar das tomadas de decisão, melhor será a eficiência das instituições e conseqüentemente o desenvolvimento. Mudanças realizadas abruptamente e sem limitações a respeito dos agentes envolvidos, podem gerar instabilidades no funcionamento da economia, menor eficiência nos processos e conseqüentemente afetar o desenvolvimento, e é

por esse motivo que os autores defendem mudanças graduais na economia, o que é um ponto de crítica ao trabalho. Se as instituições são a causa do sucesso ou do fracasso, a mudança abrupta para boas instituições deveria surtir efeito imediato.

"Há grande virtude nessa espécie de mudanças graduais, que são menos ameaçadoras para a elite do que a derrubada completa do sistema. Cada passo é pequeno e faz mais sentido ceder do que criar um confronto de grande proporções"(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.411)

Ou seja, o que importa para a definição do ciclo virtuoso não é a possibilidade de inclusão por meio das instituições, mas o contínuo funcionamento da sociedade capitalista com crescimento econômico. Se isso é o que define o sucesso ou o fracasso das nações, Acemoglu e Robinson deveriam modificar sua hipótese central para afirmar: não há sucesso ou fracasso das nações com base na análise das instituições inclusivas, mas sim dos resultados econômicos e da estabilidade política.(PROL, 2013, p.375)

3 Chutando a escada

No capítulo um, Ha-Joon Chang introduz a questão central do livro, que é a diferença entre as políticas e instituições utilizadas pelos países desenvolvidos durante seu próprio processo de desenvolvimento e as que eles recomendam atualmente aos países em desenvolvimento. Ele argumenta que os países ricos "chutaram a escada", ou seja, após alcançarem o desenvolvimento, impediram que os países mais pobres usassem as mesmas estratégias que os levaram ao sucesso.

O capítulo discorre também sobre as políticas industrial, comercial e tecnológica adotadas pelos PADs em seu período de desenvolvimento e compara-as com os países hoje em desenvolvimento, concluindo que esses são menos protecionistas do que foram os PADs.(VIEIRA, 2008, p.4)

No capítulo dois, intitulado "Como os Países Ricos Enriqueceram de Fato?", Chang analisa a história das políticas econômicas adotadas pelas nações que hoje são desenvolvidas. Ele mostra que essas nações, em vez de seguirem políticas de livre mercado desde o início, usaram amplamente políticas protecionistas e intervenções estatais. Entre essas práticas, destacam-se o uso de tarifas elevadas, subsídios e o apoio direto à indústria nascente, tudo com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Essas práticas que hoje são tão criticadas pelos PADs (países atualmente desenvolvidos) foram amplamente utilizadas durante o processo de desenvolvimento econômico por eles, e através de algumas delas foi possível esse crescimento.(BORKOWSKI, 2022, p.198)

No capítulo três, "Instituições e Desenvolvimento Econômico", Chang discute o papel das instituições no processo de desenvolvimento. Ele desafia a visão de que as instituições recomendadas hoje aos países em desenvolvimento, como bancos centrais independentes e fortes direitos de propriedade, foram responsáveis pelo crescimento dos países ricos. Pelo contrário, Chang argumenta que essas instituições foram resultado do desenvolvimento, não a causa. Ele sugere que impor essas mesmas instituições aos países em desenvolvimento pode não ser a melhor estratégia, já que elas não se adequam necessariamente ao estágio de desenvolvimento dessas nações.

Por fim, no capítulo quatro, "Lições para os Países em Desenvolvimento", Chang oferece uma síntese das ideias anteriores e apresenta recomendações para os países em desenvolvimento. Ele defende que esses países devem seguir uma abordagem pragmática e experimental, ajustando suas políticas e instituições às suas realidades específicas. Chang também sustenta que os países em desenvolvimento precisam de mais liberdade para testar e adotar políticas que foram bem-sucedidas no passado para as nações que hoje são ricas.

O autor deixa claro desde os primeiros momentos qual seu objetivo com o livro e qual seu principal argumento acerca do enriquecimento de determinados países. Para ele, os países que hoje servem como exemplo de desenvolvimento e "direcionam" outros a esse caminho, não teriam chegado onde estão caso fizessem o que têm recomendado, ou seja, se tivessem aberto totalmente seus mercados e praticado o livre comércio, não teriam se desenvolvido e talvez nem mesmo teriam enriquecido na mesma proporção. Mas também se faz importante citar que o livro não é um monólogo ao desenvolvimento por meio do protecionismo e barreiras mercantis. Chang defende que há diversas formas de se alcançar o desenvolvimento econômico, meios que serão discutidos mais adiante.

3.1 Como os países ricos enriqueceram de fato?

Inicialmente, Chang apresenta os argumentos do economista alemão Friedrich List "pai do argumento da indústria nascente". Ele propõe que os países atrasados, em vista dos mais desenvolvidos, não conseguem desenvolver novas indústrias sem que haja intervenção do Estado. (CHANG, 2002, p.14)

Chang cita o livro "O sistema nacional de economia política", começando pela discussão trabalhada por List sobre a Grã-Bretanha, tida junto com os Estados Unidos como o berço do liberalismo (CHANG, 2002, p.15). O país atingiu em certo ponto de sua história um hiato de crescimento em relação ao que era possível tendo seu mercado aberto, e decidiu então, proteger a indústria nacional com restrições, privilégios e incentivos que visavam levar para dentro do país as linhas de produção, os empreendedores e seus talentos (CHANG, 2002, p.15-16), para Chang uma completa antítese das características comumente atribuídas ao enriquecimento inglês. Esse

argumento culmina na ideia de que os países mais ricos de hoje propagam a ideia de que o livre mercado é o caminho para o enriquecimento e o desenvolvimento das economias dos países mais atrasados, contudo, a adoção desse modelo beneficia apenas o país mais desenvolvido, uma vez que o país interessado em se desenvolver se torna um fornecedor de *commodities* e um campo de produção mais barata que muito interessa ao outro lado da balança. No curto prazo, o país em desenvolvimento até vê resultados positivos, principalmente um enriquecimento, que logo fica estagnado, como foi a Grã-Bretanha. A história do crescimento dos Estados Unidos também serve de exemplo para o autor, que, a despeito de conselhos dados por economistas respeitados como Adam Smith e Jean Baptiste Say que recomendavam ao país não tentar desenvolver sua indústria, à época incipiente, optaram por medidas protecionistas e que eventualmente levou-os ao posto de líderes mundiais da indústria. (CHANG, 2002, p.16-17)

“No entanto, tais discussões sobre a experiência britânica e norte-americana são extremamente seletivas e portanto ilusórias, coisa que mais adiante teremos oportunidade de verificar.”(CHANG, 2002, p.21)

3.2 Políticas de desenvolvimento econômico: Perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica

É nessa seção que Chang se aprofunda nos exemplos históricos e analisa as estratégias adotadas pelos países desenvolvidos quando ainda estavam em fase de *catch-up*. Foram onze países analisados, mas, sem dúvidas a ênfase foi dada à Grã-Bretanha. Chang enfatiza como esse é o único país que "pode gabar de ter praticado um livre comércio total em determinada etapa de sua história"(CHANG, 2002, p.38), além de ser o berço das doutrinas do *laissez-faire*, mas, que não se desenvolveu sem a intervenção do estado. Como sugere, é essa a ideia principal desse capítulo, os países que já atingiram nível satisfatório de desenvolvimento não teriam alcançado esses patamares sem as políticas protecionistas e a intervenção do estado. Desenvolver a indústria nacional e ampliar as possibilidades de comércio são ações necessárias ao processo de desenvolvimento das nações.

Países desenvolvidos atuam, utilizando seu poder político, em troca do desenvolvimento de outras nações. É citada a estratégia usada pela Inglaterra. Para as suas colônias ela criava

incentivos à fabricação de *commodities*, proibia a fabricação de bens que eram de interesse da metrópole, proibiam a exportação de produtos também produzidos por eles e, quando era necessária taxaço, impunham diversas barreiras às colônias (CHANG, 2002, p.96). Enquanto com as nações denominadas "semi-independentes" pelo autor, a prática era implantar os "tratados desiguais" que impunham limites à tributação nas relações comerciais, fomentando uma ideia de livre mercado, que por regra, beneficiava apenas o lado mais desenvolvido e retirava desses países suas autonomias tarifárias. Já entre países concorrentes a estratégia foi de impedir o acesso de outros países à tecnologia e mão de obra especializada, com leis que dificultavam a imigração e impediam que tecnologias fossem copiadas - patentes - que inicialmente não foram muito eficazes, pois, não havia consenso para reconhecimento das patentes internacionais (CHANG, 2002, p.106).

Em seu trabalho, Ha-Joon afirma que os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotar o que chamam de "boas políticas e boas instituições", capazes de promover o desenvolvimento econômico. As "boas políticas" seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, dentre elas podemos citar políticas macroeconômicas restritivas, liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação. (VARELA, 2006, p.627)

Trazendo para a atualidade Chang entende que os países em desenvolvimento possuem uma discrepância maior quando comparado a países desenvolvidos em termos de renda per-capita, indicando menor produtividade relativa dos meios de produção, logo, quando se pensa nas tarifas, em comparação com o século XIX e XX, faz-se necessário aplicação de alíquotas maiores para se alcançar os resultados desejados.

Chang critica vários autores que não analisam as tarifas elevadas que eram amplamente utilizadas como um fator importante para o desenvolvimento industrial. (BORKOWSKI, 2022, p.199)

4 Discussão

Os principais pontos de conflito entre os pensamentos apresentados nos livros "Por Que as Nações Fracassam", de Daron Acemoglu e James Robinson, e "Chutando a Escada", de Ha-Joon Chang, estão relacionados à forma como cada um explica as causas do desenvolvimento econômico. Acemoglu e Robinson argumentam que o principal fator para o desenvolvimento sustentável está nas instituições inclusivas, que permitem a participação ampla da população na economia e política. Segundo eles, essas instituições garantem direitos de propriedade, justiça e equidade, promovendo inovação e crescimento. Por outro lado, instituições extrativistas, que concentram poder e riqueza nas mãos de poucos, acabam limitando o progresso e perpetuando a pobreza.

Falando especificamente do livro "Por que as nações fracassam", é possível tecer algumas críticas acerca do trabalho, devido à forma como os temas são abordados e a profundidade que é dada aos argumentos. Flávio Marques Prol em sua resenha do livro publicada na Revista "Direito GV" no ano de 2013 faz considerações acerca dos argumentos, abordando diversas limitações e questionamentos acerca da obra de Daron Acemoglu e James Robinson. Em primeiro lugar, ele destaca que a análise dos autores, embora considere a importância das instituições, não apresenta uma definição clara e objetiva do que elas realmente são, gerando certa confusão sobre quais instituições devem ser consideradas inclusivas e como elas podem ser implementadas em diferentes contextos.(PROL, 2013, p.370-371) Prol também critica a maneira como Acemoglu e Robinson utilizam a história para sustentar suas teses, argumentando que sua abordagem tende a estilizar os eventos históricos de forma a confirmar suas hipóteses, em vez de permitir que as histórias específicas moldem suas conclusões. Ele menciona que não havia uma narrativa distinta que defina o modelo ciclo virtuoso/vicioso apresentado pelos autores, sugerindo que isso limita a compreensão das nuances históricas que afetam o desenvolvimento das nações.(PROL, 2013, p. 371-372)

Por sua vez, Ha-Joon Chang oferece uma visão diferente. Ele sugere que o crescimento econômico dos países ricos não se deve apenas às instituições inclusivas, mas também a políticas

governamentais ativas, como o protecionismo e os subsídios. Chang critica a ideia de que as nações devem seguir à risca as políticas neoliberais, como o livre-comércio e a austeridade, defendendo que os países ricos, hoje, recomendam essas práticas para os países em desenvolvimento, mas evitavam essas mesmas políticas durante suas fases de crescimento econômico. Ele argumenta que essas nações estão, de certa forma, "chutando a escada", ou seja, negando aos países em desenvolvimento o uso das ferramentas que eles próprios utilizaram para atingir o sucesso. Outro ponto notável a essa altura do trabalho de Chang são as instituições que o autor trata em seu livro como as principais para o desenvolvimento e, itens do que ele chama de "boa governança"(CHANG, 2002, p.126). De forma geral são seis: democracia, burocracia, judiciário, direitos de propriedade, governança empresarial e instituições financeiras públicas e privadas, além de sua constatação de que em estágios de desenvolvimento semelhantes, os países que estão se desenvolvendo hoje apresentam instituições mais saudáveis e bem estruturadas que os países desenvolvidos apresentavam em suas épocas. Corroborando o ponto de vista de que o desenvolvimento em tempo atuais exige muito mais das instituições e que não há uma receita comum para o desenvolvimento. Nesse ponto é possível dizer que os autores concordam, as instituições que Chang entende como necessárias ao desenvolvimento, Acemoglu e Robinson também entendem, o que os difere é a ideia de que há um caminho comum, sendo este tema discutido a diante.

A divergência também está na forma como os autores abordam a história do desenvolvimento. Enquanto Acemoglu e Robinson enfatizam que o sucesso ou fracasso de uma nação depende das escolhas institucionais feitas ao longo do tempo, Chang adota uma perspectiva histórica mais detalhada, demonstrando como países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha usaram políticas protecionistas e intervencionistas para consolidar suas economias. Prol denomina essa pratica como a escolha da nação como a unidade de análise, apontando que isso ignora as relações entre as nações e os impactos políticos e econômicos que essas relações podem gerar, argumentando que as interações internacionais e as dinâmicas de poder entre países são fundamentais para entender as instituições políticas e econômicas de cada nação.(PROL, 2013, p.373)

Se há um ponto onde os argumentos não divergem totalmente é em relação ao livre-

comércio. Ambos entendem que em uma economia de livre-comércio os países já desenvolvidos tendem a tirar mais proveito dessa relação. Acemoglu e Robinson sugerem que ele funciona melhor em países que já possuem instituições inclusivas, onde os benefícios são amplamente distribuídos, enquanto Chang, é crítico em relação ao livre-comércio como solução universal, especialmente para os países em desenvolvimento. Muitas nações hoje desenvolvidas praticaram políticas protecionistas em seus estágios iniciais de desenvolvimento, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que só abraçaram o livre-comércio após estabelecerem uma base econômica forte e que conseqüentemente os beneficia em vista dos países menos desenvolvidos, que em sua maioria exportam *commodities*, e com seu menor poderio econômico e político acabam por se tornar fornecedores de baixo custo.

"Por que as instituições dos Estados Unidos têm muito mais chances de conduzir ao sucesso econômico do que as do México ou, expandindo a análise, as dos demais países da América Latina? A resposta para essa pergunta está no modo como as sociedades se formaram, no início do período colonial"(ACEMOGLU; ROBINSON, 2022, p.17)

"Os Estados Unidos não só se tornaram o mais ardente praticante - e o berço intelectual - do protecionismo, como, no fim do período, passaram a ser o líder mundial da indústria"(CHANG, 2002, p.18)

Outro ponto de conflito é a universalidade das políticas de desenvolvimento. Acemoglu e Robinson acreditam que qualquer país pode prosperar ao adotar as instituições corretas, argumentando que instituições inclusivas são essenciais em qualquer contexto. Chang, por outro lado, defende que não há um único caminho para o desenvolvimento, criticando a imposição de políticas universais, argumentando que as nações em desenvolvimento precisam de estratégias que se ajustem às suas realidades históricas e econômicas específicas. O autor demonstra que muitas nações desenvolvidas praticaram protecionismo e apenas adotaram o livre-comércio depois de já terem consolidado suas economias, deixando claro que não existe um único caminho para o desenvolvimento econômico. Ele argumenta que as políticas recomendadas atualmente pelos países desenvolvidos, como parte do pacote de "boa governança", podem não ser as mais adequadas ou sequer necessárias para os países em desenvolvimento. Chang afirma que "não há senão um único conjunto de instituições 'da melhor prática' (o que geralmente significa instituições anglo-americanas) a ser adotado por todos, é altamente problemática."(CHANG,

2002, p.216). Ele sugere que o desenvolvimento econômico bem-sucedido não segue um modelo único e padronizado, mas que as políticas e as instituições devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada país e também devem estar suscetíveis a ajustes com o passar do tempo, caso as políticas e instituições não estejam entregando o resultado esperado de acordo com o cenário.

5 Considerações finais

A análise das obras "Por que as Nações Fracassam", de Daron Acemoglu e James Robinson, e "Chutando a Escada", de Ha-Joon Chang, proporciona uma reflexão sobre as dinâmicas que moldam o desenvolvimento econômico e as trajetórias distintas que as nações podem seguir. Ambas as obras abordam a complexidade do desenvolvimento de maneiras diferentes, porém relacionadas, demonstrando os desafios enfrentados por países que buscam o desenvolvimento econômico sustentável em um cenário de desigualdade.

Acemoglu e Robinson sustentam que a qualidade das instituições políticas e econômicas é o principal determinante do sucesso ou fracasso das nações. Para eles, instituições inclusivas, que garantem direitos de propriedade, justiça e uma ampla participação política, são importantes para incentivar um contexto de inovação e crescimento. O contraste com instituições extrativistas, que concentram poder e riqueza nas mãos de poucos, ilustra a inevitabilidade da pobreza em contextos onde o acesso aos recursos e às oportunidades são restritos. Essa perspectiva oferece um entendimento sobre como a estrutura institucional pode impactar diretamente a qualidade de vida das populações, permitindo que países com instituições saudáveis prosperem, enquanto aqueles com instituições falhas permanecem presos em ciclos de pobreza. Chang critica a perspectiva neoliberal que defende o livre-comércio como uma solução universal para o desenvolvimento. Ele argumenta que países ricos, ao longo de suas histórias, não apenas se beneficiaram de práticas protecionistas e intervenções estatais em suas fases de crescimento, mas também continuam a "chutar a escada" para nações em desenvolvimento ao desencorajá-las de utilizar as mesmas ferramentas que eles próprios usaram para alcançar a prosperidade. Essa crítica ressalta a hipocrisia nas recomendações feitas pelos países desenvolvidos, que, ao impor políticas que não atendem às necessidades específicas dos países em desenvolvimento, perpetuam um sistema que beneficia apenas a si mesmos.

A discussão entre as ideias de Acemoglu e Robinson e as de Chang revela um ponto a ser destacado: a necessidade de uma abordagem individualizada para o desenvolvimento. Enquanto Acemoglu e Robinson enfatizam a importância de construir instituições inclusivas, os quais

acreditam que qualquer nação pode prosperar ao adotá-las, Chang argumenta que não existe um único caminho para o desenvolvimento, defendendo que cada país deve adaptar suas políticas e instituições às suas realidades históricas e econômicas específicas. Essa diversidade de abordagens e experiências destaca a complexidade do fenômeno do desenvolvimento, sugerindo que soluções universais raramente se aplicam.

Ademais, este trabalho evidenciou as críticas às falhas de abordagem nas análises das instituições políticas e econômicas, que frequentemente não apresentam definições claras e precisas, dificultando a compreensão sobre como implementá-las de maneira eficaz. A falta de uma narrativa histórica mais aprofundada, que capture as particularidades de cada nação, também foi um ponto de crítica. Isso se torna ainda mais evidente ao considerarmos que o desenvolvimento não é um processo linear, mas um fenômeno complexo que se desenrola de acordo com as dinâmicas de poder, os conflitos sociais e as interações internacionais.

Por fim, a análise das duas obras proporciona um panorama sobre as diversas perspectivas acerca do desenvolvimento econômico, enfatizando a importância das instituições e as políticas que as sustentam. Ao confrontar dos autores, este trabalho contribui para uma compreensão dos desafios enfrentados por países em desenvolvimento e das estratégias que podem ser adotadas para promover um crescimento econômico sustentável. É a capacidade de adaptação e a disposição para aprender com as experiências históricas que determinarão o sucesso ou fracasso das nações na busca por um futuro mais próspero e equitativo.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. [S.l.]: Editora Intrínseca, 2022. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 17
- BARBOSA, F. de H. Por que as nações fracassam? *Conjuntura Econômica*, maio 2012. 1, 5
- BORKOWSKI, J. F. de G. Resenha do livro "chutando a escada": A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. *Revista Orbis Latina*, v. 13, p. 197–204, 2022. ISSN 2237-6976. Resenha do livro de Ha-Joon Chang. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>>. 11, 14
- CHANG, H.-J. *Chutando a escada*. [S.l.]: Editora UNESP, 2002. 12, 13, 14, 16, 17, 18
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. [S.l.]: Contraponto Editora LTDA, 2016. 2
- PROL, F. M. Instituições, desenvolvimento e inclusão. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 369–378, Jan-Jun 2013. 9, 10, 15, 16
- SASSO, M. Resenha do livro - por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. *Direitos Democráticos & Estado Moderno*, Faculdade de Direito da PUC-SP, v. 1, n. 7, p. 147–151, Jan/Abr 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM>>. 4
- VARELA, C. A. Resenha do livro “chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, p. 627–633, 2006. Resenha do livro de Ha-Joon Chang. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 14
- VIEIRA, M. G. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Editora UNESP, v. 2, n. 1, p. 1–5, 2008. Tradução de: Ha-Joon Chang. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 1, 11